

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Coprodução, Governança, Inovação e Finanças Públicas

**REFORMAS FISCAIS PARA UMA POLÍTICA SOCIAL FOCALIZADA NO ENSINO
MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL**

073.657.039-03

Florianópolis

2024

INTRODUÇÃO

É consenso entre a maior parte dos pensadores, políticos e gestores públicos que o desenvolvimento nacional passa inevitavelmente por um investimento substancial em educação. Apesar das diferentes vertentes ideológicas e econômicas, há um consenso entre os estudiosos da área que a qualidade e o investimento na educação nos níveis infantil, básico e médio no território nacional está muito aquém do ideal (SOBREIRA; CAMPOS, 2008).

O Brasil é um país de dimensões continentais, com desafios logísticos, geográficos e sociais que se equivalem às suas dimensões territoriais. Dentro do processo histórico de desenvolvimento nacional, que precisou transpor barreiras como o fim da escravidão e a consolidação de direitos sociais fundamentais, a educação brasileira como direito básico desenvolveu-se a passos lentos, sofrendo principalmente com a precariedade da estrutura de ensino, a remuneração insuficiente do corpo docente e os índices de evasão escolar (JACOMINI; CAMARGO, 2016).

A estrutura institucional do Estado Brasileiro, que passou por diversas modificações, atualmente é regida dentro do pacto federativo da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. De todas as constituições, essa é a com mais conquistas da história no tocante à proteção social, às liberdades individuais e aos direitos humanos. A constituição também estipula percentuais mínimos de investimento na educação pelos entes federados oriundos das receitas tributárias, no seu artigo nº 212, a saber: 18% da União, e 25% dos Estados e Municípios (BRASIL, 1988). No entanto, a Constituição não garante como viabilizar todos os direitos fundamentais contidos nela.

A necessidade de um sistema educacional básico sólido, eficaz e de tempo integral remonta à própria noção de cidadania e dignidade. O Brasil, no seu processo histórico de desenvolvimento, apresenta-se como uma nação diversa, plural, mas com grandes disparidades sociais. De acordo com Aldrighi et Al (2023), 29,4% das pessoas do país viviam em situação de pobreza no ano de 2021, consequência também da pandemia do novo coronavírus.

As mazelas sociais não devem ser entendidas apenas numa perspectiva de renda, mas também à ausência de conhecimento, educação, cultura, segurança e condições básicas para que se possa exercer uma vida minimamente digna. Porém, a pobreza faz com que as demais lacunas sociais fiquem evidentes. A condição da pobreza para o cidadão o coloca em uma posição de subalternidade, fazendo com que o mesmo não exerça o protagonismo na

sociedade, possa ser dominado e explorado e fique à margem de toda a sociedade, seja no plano social, econômico ou político (AZEVEDO, 2018).

Partindo desse pressuposto, a abrangência e qualidade da educação é condição *sine qua non* para a superação da pobreza e inserção na participação social e econômica das parcelas mais marginalizadas e vulneráveis da população brasileira.

Outro desafio que se coloca para a consolidação de um sistema educacional eficaz no Brasil é a questão fiscal. O Brasil enfrenta diversos desafios com a gestão dos gastos públicos e a capacidade de investimento dos entes federados. O orçamento das entidades governamentais é dividido em receitas e despesas. Há ainda, dentro das despesas, duas divisões básicas, conforme explica Silva et Al (2014), que são as despesas correntes e as despesas de capital. As despesas correntes são aquelas destinadas à manutenção da máquina pública, incluindo gastos com pessoal, aposentadorias, custeio da estrutura estatal e pagamento da dívida pública. Já as despesas de capital são aquelas que visam o investimento nas mais diversas áreas. A educação está dentro das duas categorias de despesas.

Mesmo com os percentuais mínimos constitucionais, muitos estados da federação, como também municípios, não possuem capacidade fiscal autônoma para manter uma estrutura mínima de investimento educacional, dependendo de transferências constitucionais oriundas da União, que atualmente é a maior destinatária das receitas tributárias. A situação dos municípios é mais grave ainda: de cada 10 municípios brasileiros, três não possuem recursos próprios para se manter, e 40% dos municípios possuem contas públicas em situação crítica ((FIRJAN, 2023).

Sabendo que o investimento em educação é condição basilar para a redução das desigualdades e mazelas sociais, bem como ao desenvolvimento pleno do país, o presente trabalho pretende mapear possíveis meios de reformas fiscais que garantam dotação orçamentária que possibilite a viabilização de um sistema de ensino de tempo integral com cobertura nacional, que tenha como possíveis benefícios a erradicação da evasão escolar, diminuição da criminalidade, a formação profissional para a força de trabalho e a formação intelectual para o exercício da cidadania

OBJETIVOS

Geral:

- Promover pesquisa que resulte em possíveis soluções para uma reforma fiscal que permita a implementação de um sistema de ensino integral robusto, abrangente e eficiente.

Específico:

- Mapear a situação atual do ensino de tempo integral, relacionado com os problemas sociais advindos da deficiência do ensino público;
- Identificar as potencialidades do ensino público de tempo integral comparado ao ensino parcial por meio dos dados coletados junto às comunidades escolares e aos órgãos governamentais;
- Mapear o custo orçamentário para a viabilização dessa política no plano nacional e estadual;
- Identificar os problemas fiscais e outros obstáculos para a viabilização dessa política pública;
- Apontar alternativas de reforma fiscal para a implementação de um sistema de ensino integral ampliado, mostrando os possíveis benefícios dessa política pública.

JUSTIFICATIVA

A educação básica, técnica e superior é um investimento indispensável para a construção de uma nação soberana, rica e digna para os seus habitantes. O conhecimento possibilita não somente a formação intelectual e cognitiva dos indivíduos, mas possibilita a participação destes na vida social, além de capacitá-los para o mercado de trabalho. Portanto, a formação educacional deve visar atingir os três objetivos concomitantemente.

No entanto, o desenvolvimento da educação no país enquanto política pública ainda é muito recente. O acesso à educação básica reconhecido como direito foi estabelecido somente nos anos 1930, sendo inicialmente gratuito apenas o ensino primário. Houve avanços significativos na erradicação do analfabetismo no país, saindo da marca de 56% dos anos 30 para 5,6% em 2022 (IBGE, 2022). Ainda segundo a pesquisa PNAD 2022 do IBGE, há uma

taxa elevada de abandono escolar na faixa dos 16 anos de idade (entre 15 a 19%), sendo o principal motivo do abandono escolar a necessidade de trabalhar. Então, a alfabetização e a formação educacional depende não somente de conscientização da importância do estudo, mas das condições socioeconômicas para que crianças e adolescentes possam obter sua formação.

Outro fator a ser considerado é a função que a permanência na escola de tempo integral tem no processo educacional e na dinâmica social. O aumento do tempo do estudante na escola permite um desenvolvimento pleno da primeira infância, de crianças e adolescentes, em uma jornada de 7 horas diárias, com 3 refeições diárias e atividades culturais, esportivas e educacionais (CASTANHO; MANCINI, 2016). Em 2022, o índice de matrículas em tempo integral nas escolas públicas do país era de 18,2%. Conforme menciona Machado (2023), há em curso um plano do governo federal, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para atingir a marca de 25% de alunos matriculados em tempo integral até 2024, conforme a meta do PNE do decênio 2014-2024.

Diante dessa necessidade de combater os problemas sociais gerados pela precarização do ensino público no modelo de turnos, melhorar a infraestrutura ainda precária das escolas e melhorar os índices do ensino básico de tempo integral, se faz necessário encontrar alternativas de financiamento público que passem por reformas fiscais, dado que o país atravessa, desde 2014, um cenário de gastos elevados com a dívida pública, juros elevados, baixo crescimento econômico e capacidade limitada de investimento estatal.

A contribuição social do presente trabalho é a consolidação de uma alternativa viável que auxilie no processo decisório dos gestores públicos na promoção da educação pública, além dos benefícios possíveis com as políticas sociais implementadas a partir do objeto de estudo da presente pesquisa: diminuição da evasão escolar, melhora dos índices socioeconômicos, em especial nas comunidades mais carentes e desassistidas, maior capacitação para o mercado de trabalho e uma formação cidadã com mais consciência e protagonismo. A motivação para o tema da presente pesquisa parte da trajetória do pesquisador, que já atuou em movimentos suprapartidários e possui grande interesse na área de finanças públicas aliado à promoção de políticas públicas voltadas às camadas mais vulneráveis da sociedade. A presente pesquisa também está alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável, a saber: o ODM 1, que trata de erradicar a extrema pobreza e a fome e o ODM 2, que trata de universalizar a educação primária (ROMA, 2021).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico da presente pesquisa será constituído, basicamente, de autores que trabalham 3 grandes áreas: A importância da educação de tempo integral como política de desenvolvimento; os limites orçamentários atuais para ampliação das políticas sociais e; as proposições de reformas estruturantes para a viabilização financeira da política educacional.

Na 1ª área macro, que é a da importância da educação de tempo integral, é muito importante analisar as obras de Darcy Ribeiro. Considerado um dos maiores nomes da educação brasileira, Darcy conseguia ver que o desempenho escolar não dependia apenas da qualidade da docência, mas de um ambiente onde, fosse uma escola que não dá apenas aos alunos o domínio básico da leitura ou do cálculo, mas que promovesse a inteligência e a consciência para viver solidariamente em sociedade (RIBEIRO, 1992).

As principais contribuições de Darcy Ribeiro, para além da literatura, foram na atuação política. Darcy foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro, durante seu mandato de Vice-Governador do estado do Rio de Janeiro, foi o idealizador dos Centros Integrados de Educação Pública, também conhecidos como CIEPs. Em sua obra, O Livro dos CIEPs de 1986, Ribeiro destaca que o modelo de escola dividido em turnos, com jornada escolar reduzida, não era capaz de evitar os altos índices de repetência e evasão escolar observados no estado do Rio de Janeiro. Então, pensou-se em um modelo de escola com jornada de 8 horas diárias (incluindo horário de almoço), onde o aluno tivesse as aulas do currículo escolar regular, somado com atividades recreacionais e culturais, 4 refeições regulares, assistência médica e inclusive a possibilidade de banho e alojamento para que crianças temporariamente assistidas pudessem ter onde dormir com segurança (RIBEIRO, 1986). A abordagem sobre a viabilização orçamentária do modelo de escola de tempo integral, tal como os CIEPs, também foram abordados por Darcy, que afirmou que o custo era irrisório e equivalia “ao montante mínimo indispensável para superar décadas de descaso pela educação pública. No passado, havia mais dinheiro para viadutos do que para escolas (RIBEIRO, 1986, p. 43).

Outro autor a respeito desse tema é Miguel Arroyo. Um dos maiores expoentes da atualidade em Educação Integral, Arroyo é professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Em sua obra “A Reconfiguração da Escola: entre a Negação e a Afirmação de Direitos”, Arroyo afirma que o fracasso escolar, que era visto até 1980 como um objeto sociológico, na verdade é um sintoma e não o objeto da atenção. Arroyo destaca que o chamado “fracasso escolar” era dos indivíduos que não conseguiam se apropriar dos saberes

oferecidos pela escola, que mesmo matriculando quase todos os jovens da sua geração, não consegue levar todos para o saber e o domínio de questões básicas como a leitura ou a escrita (ARROYO; ABRAMOWICZ, 2009).

Na segunda área de estudo que trata a revisão teórica, um dos autores abordados é José Maurício Conti. Em sua obra “O planejamento orçamentário da administração pública no Brasil”, o autor destaca que uma das razões pelas quais o Estado Brasileiro não consegue cumprir seus objetivos no que tange aos direitos e garantias individuais, bem como os direitos sociais, é a falta de planejamento do sistema orçamentário brasileiro, que conduzem ao desperdício dos já limitados recursos públicos, má prestação de serviços essenciais e uma administração pública caótica (CONTI, 2020). O planejamento orçamentário não é uma tarefa simples de ser concebida, visto que envolve uma complexa articulação entre os 3 poderes constituídos (legislativo, executivo e judiciário) nos 3 níveis da federação, além dos órgãos públicos que possuem autonomia orçamentária.

Outra autora relevante para a presente pesquisa, dentro do tema do orçamento público e das políticas sociais, é a Doutora em Economia Laura Carvalho. Na sua mais famosa obra, “Valsa Brasileira: do boom ao Caos Econômico”, Carvalho faz uma análise da economia do período de 2007 a 2016, mostrando que o país viveu um período chamado de “década perdida” onde o crescimento do país foi quase nulo, decorrente de políticas econômicas malsucedidas, turbulências políticas e institucionais e a deposição de um mandato presidencial. A análise que Carvalho faz é do fracasso das chamadas “políticas de austeridade” que reduzem o poder de compra da população e diminuem o investimento em políticas públicas de inclusão, como educação, saúde e assistência social. O caminho para viabilizar uma agenda econômica propositiva passa, inevitavelmente, por benefícios diretos para os mais vulneráveis, uma tributação mais progressiva, uma reforma tributária que simplifique o sistema (já implementada parcialmente em 2023) e retire o imposto indireto (sobre produção e consumo) e aumente o percentual sobre os impostos diretos, como renda, lucros e ganhos de capital (CARVALHO, 2018). O plano de uma educação de tempo integral perpassa essa agenda econômica propositiva, que visa dar ganhos não somente para os detentores do poder econômico, mas para as camadas historicamente marginalizadas da sociedade.

Por fim, o último tema da revisão teórica será trabalhado a partir da perspectiva de Flávio de Azambuja Berti. Berti traz como ênfase das reformas estruturantes a necessidade de uma reforma fiscal profunda, visto o desequilíbrio das despesas entre os entes federados, e o fato dos estados e municípios, que possuem menor participação na distribuição da

arrecadação, possuem as maiores obrigações no pacto federativo, aumentando o endividamento dos mesmos. A idéia da presente pesquisa é que, para atingir a capacidade de dotação orçamentária que permite viabilizar o sistema de ensino integral público, se faz necessário a implementação de um sistema tributário progressivo, o fim da guerra fiscal e uma revisão das políticas de renúncias fiscais para o reequilíbrio do federalismo brasileiro (BERTI, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser considerada exploratória, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Como o assunto é denso e envolve a análise não somente de questões históricas, mas de dados concernentes às finanças públicas do país, a questão fiscal e a capacidade de investimento, optou-se pela pesquisa exploratória, dada que ela permite o aprimoramento de uma ideia visando o aumento da familiaridade sobre aquele assunto. Segundo Sampieri et Al (1991), a pesquisa exploratória pode ser usada com o objetivo de investigar problemas pouco estudados, ou ajudar na elaboração de hipóteses do problema de pesquisa visando uma investigação mais completa sobre ele.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, a pesquisa exploratória costuma usar procedimentos relativamente sistemáticos, embora permita uma perspectiva bastante ampla dos mais variados aspectos concernentes ao assunto estudado (BARBOSA, 2021). Com base nisso, optou-se pelos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso. O Estudo de Caso foi escolhido pela necessidade de entender os fenômenos e a necessidade de levantar os dados sobre o tema da presente pesquisa. De acordo com Yin (1989), o Estudo de Caso tem por característica a capacidade de lidar com diversos tipos de evidências, e deve ser aplicado em situações nas quais é possível se fazer observações diretas, nas quais dados e comportamentos relevantes não podem ser manipulados. Já a pesquisa bibliográfica se baseia em obras já publicadas de fontes primárias ou secundárias que sejam concretas e confiáveis. Pode-se dizer sobre esse procedimento metodológico que ele consiste em um apanhado de informações e dados, que estão contidos em documentos impressos, publicações científicas em geral, que são fontes para a base teórica da pesquisa e a investigação dos estudos para o desenvolvimento da mesma (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021)

A pesquisa vai também coletar dados junto a duas instituições de ensino público: o Colégio Governador Ivo Silveira em Palhoça/SC e a E.E.B. Prof. Laercio Caldeira de Andrada, localizada na cidade de São José/SC. A primeira escola foi escolhida pelo fato de ser a única na Região Metropolitana de Florianópolis a ofertar o Ensino Médio em Tempo Integral. Já a segunda, pela proximidade geográfica e para fins de comparação dos dados entre o ensino integral e o ensino em turnos das duas escolas. O público-alvo serão, dentro de ambas as comunidades escolares, serão todas as turmas do Ensino Médio em Tempo Integral, os professores responsáveis pelas aulas junto a essa turma, os diretores, assistentes sociais, orientadores e supervisores diretamente responsáveis pela turma escolar. Os dados obtidos serão concernentes a: situação socioeconômica dos estudantes, se já estão inseridos no mercado de trabalho, se os estudantes ajudam financeiramente em casa, bem como qualidade e quantidade das refeições oferecidas na unidade de ensino, serviços de apoio disponíveis como odontologia, atendimento médico, entre outros. Além destes, também será feito um levantamento documental sobre o custo da operação do ensino em tempo integral junto à secretaria estadual de educação de Santa Catarina. Essa pesquisa servirá para embasar os benefícios do ensino de tempo integral que justifiquem uma dotação orçamentária maior para a sua viabilização, bem como as reformas fiscais necessárias para isso.

A sistematização dos dados da pesquisa será feita usando gráficos, planilhas e tabelas que mostrem a relação do desempenho, os números obtidos quanto ao funcionamento da instituição de ensino, bem como os dados orçamentários e financeiros da operação da instituição de ensino.

Para viabilizar a pesquisa, serão feitos questionários junto a um grupo seletivo da comunidade escolar: uma única turma do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio. O formulário dos alunos será feito de forma online, com permissão dos responsáveis da escola. Não será pedido dados pessoais no formulário, mas apenas informações sobre idade, gênero, local onde mora e outras informações de caráter socioeconômico. Já para a coleta de dados junto ao corpo docente e aos quadros administrativos e gerenciais da escola, serão feitos questionários presenciais e algumas entrevistas, dentro do prazo estipulado no cronograma. A coleta de dados junto à secretaria de educação será obtida via solicitação por e-mail ou visita pessoal, caso necessário, no órgão público, fazendo uso da Lei de Acesso à Informação. Como boa parte dos questionários serão feitos com menores de idade, será solicitada uma autorização junto aos pais para obtenção dessas informações, e submissão dos dados coletados ao comitê de ética da Universidade do Estado de Santa Catarina. A análise dos dados será feita de forma documental (a respeito dos dados do governo) e descritiva (para os

questionários e formulários dos alunos). Como possibilidades facilitadoras, são consideradas a proximidade do local de coleta de dados do município de residência do autor da pesquisa, a disponibilidade de informações junto à Lei de Acesso a Informação e a quantidade de bibliografia disponível nos meios virtuais. Como aspectos restritivos está a possível negativa da autorização dos pais para coleta de dados dos alunos, bem como uma hipotética não participação dos alunos no preenchimento dos questionários.

CRONOGRAMA

ETAPAS	PERÍODOS
Cursar disciplinas obrigatórias	Ago./2024 a Dez. 2024
Cursar disciplinas eletivas	Jan./2025 a Jun./2025
Levantamento bibliográfico	Set./2024 a Set./2025
Defesa do pré-projeto	Set./2025
Coleta de dados	Out./2025 a Dez./2025
Tabulação e análise dos dados	Dez./2025 e Fev./2026
Revisão e redação final	Mar./2026
Defesa da dissertação	Abr./2026

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, G. S. *et al.* Linhas de pobreza monetária e as populações consideradas Pobres no Brasil no ano de 2021: uma análise estatística dos dados. In: SEMANA INTEGRADA UFPEL, 9., 2023, Pelotas. Anais eletrônicos [...]. Pelotas: UFPEL, 2023. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2023/G1_04416.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

ARROYO, M.; ABRAMOWICZ, A. A reconfiguração da escola. Entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas: Editora Papirus, 2009.

AZEVEDO, V.L.S. D.; MARTINS, S. S.; FERREIRA, A. A.; DORETO, D. T. Política social. Grupo A, 2018. 9788595026193. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026193/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BARBOSA, Z. A. Heurísticas aplicadas à comunicação visual de informação científica: uma pesquisa exploratória. 2021. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

BERTI, Flávio de Azambuja. Reforma Tributária Estruturante e Crise Fiscal no Brasil: análise dos principais aspectos. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988

CARVALHO, Laura. (2018), Valsa Brasileira. São Paulo, Todavia.

CASTANHO, M. I. S.; MANCINI, S. G.. Educação Integral no Brasil: potencialidades e limites em produções acadêmicas sobre análise de experiências. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 24, n. 90, p. 225–248, jan. 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024

CONTI, José Maurício. O planejamento orçamentário da administração pública no Brasil. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2020.

FIRJAN. IFGF 2023 - Índice Firjan de Gestão Fiscal - Ano-Base 2023. [S. l.]:

Firjan, 2023a. Disponível em:

https://www.firjan.com.br/data/files/B9/C6/82/84/3968B8102A4A18B8D41909C2/IFGF_Edicao_2023_Firjan.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

JACOMINI, M.; ALVES, T.; CAMARGO, R. B. de. Teacher salary: Challenges for monitoring the valuation of Brazilian teachers in the context of Goal 17 of the National Education Plan. Education Policy Analysis Archives, [S. l.], v. 24, p. 73, 2016. DOI: 10.14507/epaa.24.2386.

Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/2386>. Acesso em: 31 mar. 2024.

RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RIBEIRO, Darcy. Educação para a Modernidade. In GABINETE DO SENADOR DARCY RIBEIRO, Carta 05. Brasília: Senado Federal, p. 9-12, 1992.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Cienc. Cult., São Paulo , v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019 .

Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2024

MACHADO, Saulo Augusto Turbiani. Escola em tempo integral e Educação Integral. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/artigo-escola-tempo-integral-e-educacao-integral/>>. Acesso em: 20 mar. 2024

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodología de la investigación. México: McGraw-Hill, 1991.

SILVA, Maurício Corrêa da et al. Análises das variações das despesas correntes e de capital do governo federal no período de 1981 a 2010. ReCont : Registro Contábil, Maceió, v. 5, n. 2 , p. 49-66, mai/ago. 2014. ISSN 2179-734X. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/782/pdf_24>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUSA, A. G.; OLIVEIRA, G.S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Funcamp, Monte Carmelo, MG, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOBREIRA, Rogério; CAMPOS, Bruno César. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. Rev. Adm. Pública, v. 42, n. 2, p. 327-347, 2008.

YIN, Robert K. - Case Study Research - Design and Methods. Sage Publications Inc., USA, 1989.